



## **ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA**

### **COORDENADORIA DE GESTÃO COMPARTILHADA DE PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRAÇÃO INTERNA DE RIBEIRÃO PRETO**

Entre os dias 27 e 31 do mês de março de 2017, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho SAMUEL HUGO LIMA, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno, presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 02/2017, divulgado em 02/02/2017 no DEJT (Edição 2161/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 287). Presentes o Juiz Diretor do FORUM MARCOS DA SILVA PÔRTO e a Juíza Responsável MÁRCIA CRISTINA SAMPAIO MENDES. Com base nas informações prestadas pela Coordenadoria e nos dados extraídos dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

#### **1 - ESTRUTURA FUNCIONAL:**

*(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados)*

<b>JUIZ DIRETOR DO FÓRUM</b>
------------------------------

MARCOS DA SILVA PÔRTO
-----------------------

<b>JUIZ RESPONSÁVEL</b>
-------------------------

MÁRCIA CRISTINA SAMPAIO MENDES
--------------------------------



## 2 – QUADRO DE SERVIDORES:

### 2.1 Lotação – Servidores:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
EDMILSON MERCHAM DOS SANTOS	AJJ	FC-03 Coordenador de CM	18/08/2016
FABIANO POSSEBON	TJA		20/02/2017
MARIENI GALLI CARVALHO (REM)	TJA		05/09/2016
MESSIAS ASSIS DO NASCIMENTO	TJA		28/5/2015
MILEIDE CARLA COPPEDE ISAAC	TJA	CJ-02 Coordenadora	28/5/2015
NADIA MORAES SILVA	TJA	FC-05 Substituta da Coordenadora	28/5/2015
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>6</b>

AJJ – Analista Judiciário – área judiciária

REM – Removido

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

### 2.2 Lotação – Oficiais de Justiça:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ARIADNE ANGOTTI FERREIRA	AJ-OJA		27/7/2015
CLAUDIA PERGARIA DE OLIVEIRA MATOS	AJ-OJA		27/7/2015
DANIELA DAIA RIZZO	AJ-OJA		27/7/2015
DENIS CLAYTON PEREIRA DE LUCENA	AJ-OJA		27/7/2015
EDDER PAULO SANTINI TREVISAN	AJ-OJA		27/7/2015
EDUARDO NAHAS GABARRA	AJ-OJA		27/7/2015
ERICA BOTARELLI	AJ-OJA		27/7/2015
JULIANA TOZATTI FLAUSINO FERREIRA	AJ-OJA		27/7/2015
LUIZ GUSTAVO DE SIQUEIRA ANDRADE	AJ-OJA		27/7/2015
MISLENE CRISTINA OLIVEIRA BRICK	AJ-OJA		27/7/2015
PAULO JOSÉ MONTEIRO DA SILVA	AJ-OJA		27/7/2015
SILVIA CRISTINA MORAES FERREIRA	AJ-OJA		27/7/2015
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>12</b>

AJ-OJA – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador



### 2.3 Lotação – Servidor não computado no ideal:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ANA CANDIDA RIBEIRO FALAGUASTA*	TJA	FC-05 ASSISTENTE DE JUIZ	12/6/2015
MARCELO AMORIM DE MENEZES	TJ-SEG		28/5/2015
MARCELO PEREIRA DA SILVA	TJ-SEG		07/11/2016
<b>TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO</b>			<b>3</b>

TJA – Técnico Judiciário – área administrativa

TJ-SEG – Técnico Judiciário – área de segurança

(\*) A servidora Ana Candida Ribeiro Falaguasta é assistente da Juíza Titular da VT de Orlandia, Dra. Márcia Cristina Sampaio Mendes, com prestação de serviços na CGC de Ribeirão Preto desde 12/06/2015, tendo em vista a designação da Magistrada para atuar no Núcleo de Execução.

### 2.4 Ausências, exceto férias – 09/04/2016 a 28/02/2017:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

MOTIVO	DIAS
PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSO	2
PARTICIPAÇÃO EM CURSO MINISTRADO PELO TRT	6
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	49
LICENÇA CASAMENTO	7
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	10
FALTA JUSTIFICADA COM VENCIMENTO	6
LICENÇA LUTO	6
LICENÇA À GESTANTE	59
<b>Total</b>	<b>145</b>

### 2.5 Estagiários:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
DANIEL AUGUSTO DE ALMEIDA	CIEE	16/02/2017
MAIARA MARIA KLASSEN	CIEE	16/02/2017
MICHELLE KAROLINE NEVES DE LIMA	CIEE	16/08/2015



## 2.6 Ações de capacitação – 09/04/2016 a 28/02/2017:

(metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15)  
(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)

SERVIDORES	HORAS
ARIADNE ANGOTTI FERREIRA	18
DANIELA DAIA RIZZO LANCELLOTTI	40
DER PAULO SANTINI TREVISAN	360
EDMILSON MERCHAM DOS SANTOS	10
EDUARDO NAHAS GABARRA	147
ERICA BOTARELLI	38,5
MILEIDE CARLA COPPEDE ISAAC	144
NADIA MORAES SILVA	120

## 3 – MOVIMENTAÇÃO – COORDENADORIA DE SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (PETIÇÕES E EXPEDIENTES RECEBIDOS):

(fonte: SAP 1G)

DESTINATÁRIO	2015	2016
1ª VARA	9.881	5.697
2ª VARA	11.372	5.643
3ª VARA	5.964	2.974
4ª VARA	12.891	7.847
5ª VARA	10.151	5.131
6ª VARA	10.930	6.851
COORDENADORIA DE DISTRIBUIÇÃO	1.803	998
PROTOCOLO INTEGRADO	1.013	0
<b>TOTAIS</b>	<b>64.005</b>	<b>35.141</b>

## 4 – MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

### 4.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

UNIDADE	QUANTIDADE	MAIS ANTIGO RECEBIDO NA COORDENADORIA EM
1ª VARA	07	01/03/2017
2ª VARA	01	01/03/2017
4ª VARA	08	01/03/2017
5ª VARA	01	01/03/2017
6ª VARA	05	01/03/2017
<b>TOTAL</b>	<b>22</b>	-



**4.2** Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

*Não há.*

**4.3** Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

*Não há.*

## **5 - MOVIMENTAÇÃO DO NÚCLEO REGIONAL DE GESTÃO DE PROCESSOS E DE EXECUÇÃO**

*(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)*

### **5.1 CONTROLE DE AUDIÊNCIAS**

**a)** Audiências na fase de EXECUÇÃO realizadas:

<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE DE PROCESSOS</b>	<b>CONCILIAÇÕES EM AUDIÊNCIA</b>	<b>VALORES CONCILIADOS</b>
1ª VT RIBEIRÃO PRETO	373	201	5.873.864,84
2ª VT RIBEIRÃO PRETO	190	79	6.853.953,31
4ª VT RIBEIRÃO PRETO	287	95	2.768.825,44
5ª VT RIBEIRÃO PRETO	53	22	252.156,01
6ª VT RIBEIRÃO PRETO	326	120	3.639.579,88
ORLÂNDIA	252	204	9.320.924,37
MORRO AGUDO	70	58	2.524.959,21
1ª VT SÃO CARLOS	179	124	3.260.966,57
2ª VT SÃO CARLOS	164	108	2.892.204,70
BEBEDOURO	80	40	1.977.477,34
1ª VT JABOTICABAL	38	9	832.000,00
3ª VT ARARAQUARA	16	4	54.150,00
1ª VT SERTÃOZINHO	28	15	600.615,50
2ª VT SERTÃOZINHO	56	20	404.132,71
VT SÃO JOAQUIM DA BARRA	26	9	80.650,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.138</b>	<b>1.108</b>	<b>41.336.459,90</b>

**b)** Audiências na fase de CONHECIMENTO realizadas:

*Não houve.*

### **5.2 - MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO**

A gestora informou serem adotadas na Circunscrição medidas de incentivo à mediação, apontando como pratica da Coordenadoria o envio de e-mail para todas as Varas da Circunscrição disponibilizando datas para a realização das audiências, e que,



via de regra, incluíam em pauta processos de execução, mas a partir de março/2017 iniciarão também audiências nos processos de conhecimento das Varas. Em média são realizadas 80 audiências por semana, nas quais a MM<sup>a</sup>. Juíza permanece entre as salas de audiências da CGC e do CEJUSC.

Informou, ainda, que a Coordenadoria conta com um servidor capacitado para mediação pela Escola Judicial, sendo que mais dois se encontram inscritos para o próximo curso a ser disponibilizado pela Escola.

### 5.3 INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES:

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
02/2015	280	9.934.198,70
03/2015	1146	60.827.547,61
06/2015	93	2.539.735,61
08/2015	79	4.536.955,18
09/2015	13	115.729,10
11/2015	48	939.467,95
04/2016	41	548.046,66
06/2016	28	55.063,58
07/2016	34	2.050.714,17
08/2016	63	2.433.809,11
10/2016	03	534.713,20
11/2016	19	402.792,12
12/2016	13	403.077,51
14/2016	19	1.073.340,62
16/2016	62	2.708.244,75
17/2016	17	216.575,03
18/2016	53	1.364.707,26
19/2016	76	2.044.705,44
20/2016	08	111.703,33
21/2016	30	1.220.077,02
22/2016	31	1.395.992,30
01/2017	25	25.423,92
<b>TOTAL</b>	<b>2.181</b>	<b>95.482.620,17</b>

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
04/2015	07	508.872,10
05/2015	01	60.000,00
09/2016	35	216.138,31



07/2015	117	6.317.044,64
13/2016	54	1.623.824,21
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>8.725.879,26</b>

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no mês com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

*Não houve.*

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no mês com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO
01/2015	123	4.504.336,37
10/2015	52	400.501,47
03/2016	38	813.485,69
<b>TOTAL</b>	<b>213</b>	<b>5.718.323,53</b>

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial:

UNIDADE	QUANTIDADE DE PROCESSOS	VALOR DAS EXECUÇÕES
04/2015	07	508.872,10
05/2015	01	60.000,00
09/2016	35	216.138,31
07/2015	117	365.000,00
13/2016	54	1.623.824,21
<b>TOTAL</b>	<b>214</b>	<b>2.773.834,62</b>

## 6 – MOVIMENTAÇÃO DA SEÇÃO DE HASTA PÚBLICA (SHP)

(fonte: Coordenadoria de Gestão Compartilhada de Processos Judiciais e Administração Interna)

a) Hastas Públicas realizadas:

ID. DA HASTA	QUANT. DE PROC. INCLUÍDOS EM HASTA	QUANT. DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS	% BENS ARREM.	% VALOR BENS ARREMATADOS
01/2016	38	46	37.469.424,83	17,39	627.502,00
02/2016	40	49	23.337.575,00	20,41	1.731.300,00
03/2016	19	53	9.468.582,60	22,64	837.300,00
04/2016	22	35	1.708.641,20	0,00	0,00
05/2016	30	66	19.776.177,04	7,58	210.980,00
06/2016	36	93	10.774.732,50	9,68	2.636.680,00



07/2016	28	49	11.112.157,53	20,41	4.823.700,00
08/2016	42	66	13.683.175,00	12,12	315.000,00
09/2016	36	76	6.935.231,24	14,47	398.690,00
10/2016	41	63	71.354.605,82	34,92	26.186.000,00
11/2016	23	32	5.194.415,85	46,88	2.075.690,00
12/2016	24	39	9.949.515,10	17,95	1.706.362,50
13/2016	35	72	9.002.800,00	6,94	899.000,00
14/2016	29	72	7.460.373,50	41,67	2.540.993,00
15/2016	51	68	29.180.963,65	5,88	296.000,00
16/2016	53	66	21.406.421,73	15,15	757.289,31
17/2016	37	60	8.836.627,00	33,33	2.979.052,20
18/2016	43	59	25.666.475,98	32,20	4.321.800,00
<b>TOTAL</b>	<b>627</b>	<b>1.064</b>	<b>322.317.895,57</b>		<b>53.343.339,01</b>

**b)** Varas da Circunscrição que não incluíram processos em Hasta Pública:

*Não houve.*

## **7 – RECOMENDAÇÃO**

**7.1** – distribuir as diligências aos Srs. Oficiais de Justiça com brevidade, evitando-se o lapso de tempo informado no item 4.1 e propiciando que haja planejamento para cumprimento das ordens judiciais.

## **8 – DETERMINAÇÕES**

**8.1** – atentar-se que, caso o Oficial de Justiça Avaliador utilize-se de informações colhidas na investigação anterior, do mesmo ou de outro oficial, e disponíveis no sistema informatizado, no cumprimento do inciso XIV, art. 1º do Provimento GP-CR nº 05/2015, se faz necessária a inclusão dos dados do novo processo no sistema com nova indicação de execução frustrada, por meio de nova certidão, a fim de contabilizar as informações do Regional;

**8.2** – o controle de distribuição de mandados deverá ser realizado exclusivamente



por meio de registros no SAP1G e PJe, restando dispensados controles impressos (recibos).

## **9 – VISITAS E ATENDIMENTOS:**

Compareceu o Vice-Presidente da 12ª Subseção de Ribeirão Preto da Ordem dos Advogados do Brasil Fábio Esteves de Carvalho e formalizou o documento PR 133/2017 (que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC), apontando causas que entende tem comprometido a razoável duração do processo, sendo elas:

- “1 – Audiências designadas para mais de um ano após a distribuição da ação;*
- 2- Déficit no 'Delta' das Varas, conforme resposta aos ofícios enviados à cada secretaria da Justiça do Trabalho e respostas em anexo;*
- 3- entrega de guias de retirada exclusivamente aos patronos em obediência a nova orientação do Tribunal;”*

Além disso, informou que a OAB colocará quinze (15) estagiários de Direito à disposição das unidades do Fórum.

Compareceu o advogado Paulo Temporini, OAB/SP nº 91.112, representando advogados militantes da região, em síntese, com os seguintes requerimentos (Protocolo 002852/2017 que ficará anexo ao PROAD das unidades do Fórum e da CGC):

- contratação ou remanejamento de servidores para as unidades do Fórum;
- implantação de outras duas novas unidades no Fórum, juizes auxiliares fixos para todas as Unidades do Fórum, pauta dobrada, antecipação de audiências designadas para além de três meses após a distribuição ou para instrução;
- liberação de guias de retirada e alvará, exclusivamente, aos patronos constituídos nos autos;
- designação de audiência junto à Presidência e à Corregedoria, se, em face de dificuldade de atendimento dos requerimentos acima.

Compareceram os advogados Camila Amin Marão, Elisa Baracchini Cury e Manuela Tortul Pereira, OAB/SP nº 275.735.



## 10 – CONSTATAÇÕES

Foram apresentados a todos os integrantes da CGC dados estatísticos apurados desde a última Correição.

Foram realizadas reuniões com os servidores da Coordenadoria de Gestão Compartilhada, com os Oficiais de Justiça e com a Coordenadora, abordando os seguintes temas: tramitação efetiva (não fragmentação de atos); audiência de mediação; JURISCALC; gestão customizada dos processos em execução, considerando as características das empresas executadas; reunião de execuções; sistema EXE15; *iter* procedimental dos oficiais de justiça na fase de execução; hastas públicas; integração entre os servidores do grupo interno de execução (GIE) das Secretarias do Fórum com os Oficiais de Justiça; e gestão concentrada da CGC e das questões administrativas do Fórum local. Os relatórios gerados serão arquivados pela Secretaria da Corregedoria Regional.

Durante reunião com os servidores da CGC, realizou-se a verificação dos itens constantes da ata anterior. Relataram que houve melhora no lançamento de dados no Sistema EXE15, porém ainda há expedição de mandados repetitivos.

Com relação a declaração sobre operações imobiliárias – DOI, verificou-se o atendimento à Portaria GP/VPJ/CR 07/2012, uma vez que não há impressão dos documentos e fragmentação de tarefas.

A questão relativa à expedição de mandados para registro de bens imóveis que foram penhorados antes da vigência do Provimento GP/CR 05/2015 foi solucionada. O mesmo ocorreu com o cadastro no BacenJud, com a reserva de numerário, intimações urgentes, pesquisa patrimonial básica de processos antigos, acumuladores, redistribuição de mandados, mandado de penhora específica, comprovação de entrega de expedientes por oficiais de justiça, quantidade de executados nos mandado.

Com a revisão da parametrização, ficaram solucionadas as questões relativas às constatações no endereço do executado e a penhora de bens pouco significativos para a execução.

O elevado número de petições protocoladas refere-se à quantidade de processos ainda não migrados para o PJe e também ao fato de que apenas depois de cadastrada a petição é que se toma conhecimento de que o processo foi migrado para o PJe.



Relataram que as audiências de tentativa de conciliação ainda são realizadas fora do AUD/PJe em razão de problemas enfrentados com o sistema e pela precariedade da estrutura e inconstância da transmissão de dados. Desta forma, não são computadas para o magistrado.

O cadastro do EXE15 parece, ainda, indicar processos que não atendem aos requisitos para ali serem cadastrados, sobretudo, a condição de insolvência do executado: aquele que não detém qualquer bem livre ou desembaraçado, conforme as pesquisas básicas já realizadas. Aspecto a ser observado com acuidade pela CGC. Assim, justificando a exclusão de 5 pesquisas, porquanto não se tratava de devedores insolventes.

Relataram problema ocorrido com a arrematação em hasta pública, em razão de reiterada incidência de penhora sobre o bem, impedindo a sua transferência pelo arrematante. Sugerem que o convênio RENAJUD permita o registro da informação de “arrematação” de bem. A Coordenadora informa que já relatou o problema para a Corregedoria, tendo sido aberto um protocolo na Renajud para melhoria no sistema.

A Coordenadora questiona a possibilidade de exigir do leiloeiro a publicação, inclusive, em jornal local, ainda que o normativo se limite a exigir publicação em jornal de grande circulação. A Corregedoria informa que cabe ao leiloeiro realizar a divulgação dos bens levados à hasta e que a publicação em jornal local nem sempre é possível, em razão da ausência de circulação diária. No entanto, havendo possibilidade de divulgação nada impede que o leiloeiro a realize, uma vez que também possui interesse direto no êxito da hasta pública.

Relatam que para cumprimento de diligências em Guatapará, passam por duas cidades pertencentes a jurisdição de outra Unidade. Requerem, portanto, que seja estudada a possibilidade de alteração. A Corregedoria levará o requerimento ao conhecimento da Presidência.

A Corregedoria sugere que seja incentivada a utilização da notificação por meio eletrônico e solicita aos oficiais de justiça que busquem conscientizar as empresas a darem o seu aceite, propiciando economia e maior agilidade na expedição de notificações iniciais e até mesmo de citações para pagamento. Ressalte-se que a notificação inicial eletrônica deve ser feita pelos servidores da fase de conhecimento e não, pelos Oficiais de Justiça.



No que diz respeito às conciliações, mediações, pesquisa patrimonial avançada de devedores insolventes e coletivização de execuções, observa-se que os resultados são expressivos e registrou, na fase de execução, a realização de 1.108 audiências, solucionados 2.138 feitos e arrecadados R\$ 41.336.459,90. Já a investigação patrimonial resolveu 214 processos e arrecadou R\$ 2.773.834,62. Pelo comprometimento e resultados alcançados, o Excelentíssimo Desembargador Corregedor consigna elogios à Magistrada Márcia Cristina Sampaio Mendes e à sua equipe.

## **11 - OBSERVAÇÕES GERAIS**

**11.1** - A MMA. Juíza Responsável reside na jurisdição.

**11.2** - Foi informado pela Coordenadora da CGC que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

**11.3** - Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Coordenadora, pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se, ainda, que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4142/2016.

## **12 - ENCERRAMENTO**

No dia 31 de março de 2017, às 12 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.